



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012228-70.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Benedito Soares da Silva**
 Requerido: **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ju Hyeon Lee**

Vistos.

O relatório encontra-se dispensado em face do disposto no artigo 38 da Lei 9.099/95. Outrossim, o caso comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil (CPC).

Passo a decidir.

No caso em questão, o autor adquiriu um empréstimo da instituição ré, por meio eletrônico, mediante desconto das prestações em conta, onde recebia o seu benefício previdenciário, como se depreende da manifestação de fls. 58/60.

Todavia, o autor transferiu a conta bancária em que recebia o seu benefício para outra instituição financeira, impossibilitando o débito automático das parcelas das prestações do empréstimo na conta do autor pela empresa ré.

Destarte, ocorreu a inscrição do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito. Nesse contexto, é mister esclarecer que o devedor tem o dever de cumprir a sua obrigação e efetuar o pagamento.

No entanto, o autor apenas alega que a empresa ré não forneceu informações necessárias para o pagamento das prestações. Se houve alteração da conta em que havia débito automático das prestações do empréstimo, deveria o autor buscar realizar o pagamento de outra forma.

Portanto, não se constata nenhuma ilegalidade na conduta da instituição financeira, haja vista que a conduta omissiva (inadimplemento) do autor (devedor) acarretou a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito.

Ante o exposto, julgo improcedente o pedido do autor, com fulcro no artigo 269, inciso I, do CPC. Deixo de condenar em custas e honorários advocatícios com base no artigo 55, *caput*, da Lei 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de janeiro de 2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**